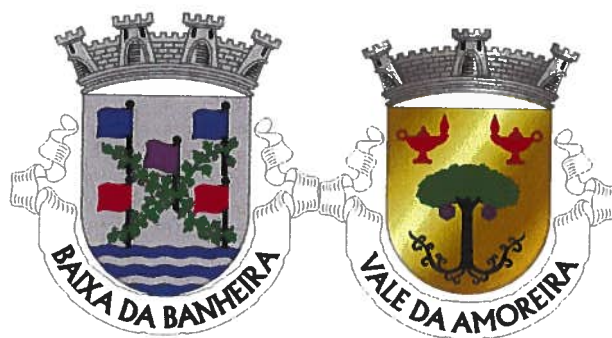




Ata da Assembleia Ordinária de Freguesias da União  
de Freguesias da Baixa da Banheira e do Vale da  
Amoreira

Concelho da Moita

2 de Julho de 2024

## Ata n.º18 (2.ª Sessão)

Ao segundo dia do mês de Julho de dois mil e vinte e quatro, na vila da Baixa da Banheira, Rua Eduardo Mondelane n.º2, no Salão da Junta de Freguesia da Baixa Banheira, realizou-se uma reunião ordinária da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, para dar continuidade aos trabalhos da sessão anterior, mais concretamente para tratar dos pontos 5 e 6 da seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 – Apreciação e Votação da Ata n.º17
- 2 – Apreciação e Votação do Projeto do Regulamento do Orçamento Participativo
- 3 – Apreciação e Votação do Projeto do Regulamento do Concurso de Ideias para a Criação do Logótipo da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira
- 4 – Apreciação e Votação da Proposta do Regulamento de Distinções Honoríficas da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira “Gentes da Nossa Terra”
- 5 – Apreciação e Votação da Proposta do Regulamento do Apoio ao Movimento Associativo
- 6 – Informação da Senhora Presidente da Junta de Freguesia sobre a Atividade da Freguesia prestadas nos termos e para efeitos da alínea o), ponto 1 artigo 17.º da Lei n.º 5 A/2002, de 11 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela alínea e) do no 2 do artigo 9.º da Lei no 75/2013, de 12 de Setembro

Houve pedidos de substituição, nomeadamente, no PS, em que Patrícia Pires e Cíntia Guerra foram substituídas por Carlos Simões e Susana Prates, respetivamente. Já na bancada da CDU, Helena Mira foi substituída por Rui Cunha, Telma Rocha foi substituída por Judite Freitas, Anabela Gonçalves foi substituída por Sandra Gonçalves e Júlio Pinto foi substituído por Iúri Pereira. No MM, Rachid Djalo foi substituído por Luís Morais.

No total, sendo que o Chega não se fez representar por nenhum eleito, estiveram 18 membros presentes na reunião.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, Paulo Alfama, deu início à sessão, e, não havendo público presente, passou à continuação da Ordem de Trabalhos, com o

ponto 5, Apreciação e Votação da Proposta do Regulamento do Apoio ao Movimento Associativo, apresentado pela Senhora Presidente da Junta, Bárbara Dias.

Em seguida, o senhor Nuno Cavaco iniciou a sua intervenção, expressando a posição da CDU relativamente ao documento, mantendo a opinião previamente manifestada. Afirma que o Movimento Associativo Popular seria responsável pela maioria das atividades e iniciativas realizadas na freguesia. Diz que a CDU não considera que o novo documento constitua uma mais-valia ou um acréscimo significativo. Pelo contrário, mencionou que o regulamento teria uma duração limitada, sendo válido apenas durante o ano restante do mandato. Também sublinhou que o regulamento proposto não contempla a criação de um plano de apoio ao Movimento Associativo Popular, que, na sua visão, teria muito mais relevância do que o próprio regulamento. Afirma que o plano deveria caracterizar a freguesia, as associações, os seus sócios e amigos, assim como a área de influência de cada uma das associações, detalhando o que fazem e o que pretendem fazer. O plano deveria também definir objetivos concretos e as metas a atingir, além de estipular os meios que a autarquia estaria disposta a disponibilizar para alcançar esses objetivos, promovendo uma resposta mais eficaz às necessidades culturais, recreativas e desportivas da população. Em relação ao regulamento propriamente dito, a CDU lamentou que várias propostas de melhoria apresentadas pelo partido, após consulta a dirigentes associativos, não tenham sido incorporadas no documento final ou que tenham sido incluídas apenas parcialmente e de forma desfasada. Considera ainda que o regulamento proposto apenas vem regulamentar processos burocráticos, sem ter em conta as necessidades das coletividades, conferindo ao Executivo da Junta de Freguesia um poder excessivo. Acrescentou ainda algumas críticas específicas a determinados artigos do regulamento, como no artigo 3, em que critica a exigência de que as associações entreguem os seus regulamentos internos à Junta de Freguesia, classificando esta medida como uma ingerência nos assuntos internos das instituições, uma vez que esses regulamentos seriam da responsabilidade exclusiva dos dirigentes e sócios das mesmas. Sobre o artigo 9, linha 8, comentou que as comunicações entre a Junta e as associações não deveriam ser limitadas a meios como correio postal e eletrónico ou serviços administrativos. Sugeriu, além disso, que também se incluíssem as reuniões presenciais. Na linha 9 do mesmo artigo, considerou impensável a exigência de que todas as associações mencionem o apoio da Junta em todos os seus materiais gráficos ou outros meios de comunicação. Quanto ao artigo 11, linha 2, discorda da ausência de possibilidade de recurso após uma deliberação

da Junta de Freguesia sobre apoios concedidos, classificando esta medida como pouco democrática e anti-participativa, afirmando que permite que as queixas das associações sejam decididas unilateralmente pela Junta, sem possibilidade de apelo. Por fim, destacou que a folha de candidatura incluída no regulamento obriga as associações a discriminar o valor do apoio que pretendem receber, o que a CDU considera inaceitável. Comenta que este procedimento não seria praticado em nenhuma outra parte e cria um potencial constrangimento na relação entre a Junta de Freguesia e as associações. Esclarece que, caso houvesse critérios percentuais estabelecidos, essa prática poderia ser compreendida, mas, como esses critérios não foram incluídos, a exigência torna-se insensata e injustificável. Com base nestas considerações, informa que a bancada da CDU iria votar contra o regulamento, uma vez que considera que este não melhora nem aprofunda a relação entre a autarquia e as coletividades.

A Presidente da Junta esclareceu que, das sugestões da CDU, apenas duas não teriam sido incorporadas no regulamento: a obrigatoriedade de apresentar a certidão de não dívida da Segurança Social e a questão das percentagens nos apoios. Todas as outras sugestões, como o apoio à deslocação de atletas, por exemplo, teriam sido contempladas. O Executivo entendeu-se que, por mais alterações e discussões que houvesse sobre o assunto, a bancada da CDU não iria votar favoravelmente, apesar de ter sido um documento elaborado em conjunto com as coletividades.

O Presidente de Mesa, declarou a sua intenção de votar a favor da aprovação do regulamento. Apesar de considerar pertinente a observação da CDU sobre o facto de restar apenas um ano para o fim da legislatura, sublinhou que a sua existência é importante para que, no futuro, possa ser melhorado e aprofundado.

Levado a votação, o documento foi aprovado com 10 votos a favor, do PS, do BE e do MM, e 8 votos contra, da bancada da CDU.

A bancada da CDU apresentou uma declaração de voto, lida por Nuno Cavaco:

“Votamos contra o Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo por vários motivos. As nossas propostas, que foram construídas com a opinião de dirigentes associativos e que, se fossem aceites, fariam deste documento um documento melhor foram ignoradas por este Executivo. Consideramos que este documento não contribui em nada para melhorar a relação entre a Junta de Freguesia e as associações e nem torna mais

fácil a atribuição de apoios e nem torna mais simples e transparentes os processos de decisão, antes pelo contrário, aumentam a burocracia.

Consideramos inaceitável que se demore quase dois anos a apresentar uma proposta, quando se colocou de parte normas de distribuição de apoios anteriormente definidas e aprovadas pelas coletividades e pela Assembleia de Freguesia. Não concordamos que, perante o aumento do orçamento da autarquia em cerca de 40%, que os apoios ao Movimento Associativo não tenham aumentado significativamente, acompanhando, assim, a disponibilidade financeira da autarquia.

E muito menos e por último, concordamos que o regulamento defina, como elemento central da política de apoio ao Movimento Associativo, um plano de apoio às associações e que esse plano nem sequer tenha sido discutido no início do último ano de mandato. Por tanto, não temos outra alternativa senão, por questões de seriedade, por transparência, por competência e por honestidade, votar contra este regulamento.”

Por fim, o ponto 6, Informação da Senhora Presidente da Junta de Freguesia sobre a Atividade da Freguesia prestadas nos termos e para efeitos da alínea o), ponto 1 artigo 17.º da Lei n.º 5 A/2002, de 11 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela alínea e) do nº 2 do artigo 9.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.

Seguiu-se a intervenção do senhor Emílio Brazão, da bancada da CDU, que expressou a sua preocupação com a situação da habitação no concelho. Destacou que haveria um projeto para candidatar o concelho ao PRR, mas que, até ao momento, nada teria sido feito. Criticou a falta de ação, indicando que o concelho continua à espera de novas oportunidades para disponibilizar casas para a população local.

Seguiu-se a intervenção do senhor Jorge Silva, da bancada da CDU, que expressou a sua preocupação em relação à organização das Festas do Vale da Amoreira. Salientou que as festas não teriam sido devidamente divulgadas e criticou a falta de eficiência na sua organização, que teria envolvido a contratação de uma empresa de eventos sem ligação às raízes e à comunidade local. Afirmou que esta abordagem teria contribuído para a diminuição da importância das Festas, que antigamente seriam um marco significativo para a freguesia, especialmente para os imigrantes que retornavam durante esse período. Faz um apelo para que o Executivo reconsidere a metodologia de organização das festas, com o objetivo de restaurar a alegria e a relevância do evento para a comunidade.

Posteriormente, o senhor Nuno Cavaco faz várias observações e levanta preocupações sobre questões pendentes e a gestão atual. Relata que um munícipe teria abordado a Junta de Freguesia sobre a falta de iluminação na Rua do Ginásio, que estaria sem luz há quase um ano, apelando para que se resolva o problema. Outro munícipe, o senhor Luís Fernando, residente na Rua Padre José Feliciano e que utilizaria cadeira de rodas, teria solicitado uma rampa de acessibilidade há alguns meses, mas não teria obtido resposta. Também relatou que uma moradora da Rua Engenheiro Júlio Martins havia solicitado uma desbaratização e desinfestação de formigas, tendo já contactado a Junta de Freguesia em várias ocasiões. Termina, fazendo referência a uma notícia divulgada pela Renascença e outros meios de comunicação, que indicaria que o concelho da Moita seria o que menos teria conseguido captar investimento comunitário entre os 308 concelhos de Portugal. Destacou que o concelho enfrenta sérios problemas de habitação e criticou a gestão atual por não aproveitar adequadamente os fundos comunitários disponíveis. Exigiu uma maior eficiência e trabalho por parte da Junta de Freguesia para resolver os problemas e interceder junto da Câmara Municipal, sublinhando que a falta de progresso seria preocupante e que a situação precisaria de ser abordada com mais seriedade.

O senhor Rogério Santos, da bancada da CDU, também pede para intervir e expõe uma situação, que lhe teria sido comunicada, na qual um grupo de moradores da Rua Amílcar Cabral, próximo ao número 6, na Baixa da Banheira, teria apresentado um pedido à Junta de Freguesia. Teriam relatado que, após o proprietário de um apartamento ter realizado obras de restauração no seu imóvel, os sacos de entulho utilizados, que teriam o nome da empresa responsável, teriam sido deixados na lateral do prédio desde o começo do ano. Apesar de a empresa responsável ter deixado os sacos, a coleta dos mesmos ainda não teria sido feita. Alguns vizinhos ter-se-iam deslocado à Câmara Municipal para solicitar a coleta dos entulhos, mas que lhes teriam dado a informação de que não seria da sua competência. Diante desta situação, os moradores teriam pedido à Junta de Freguesia que solicitasse solução à Câmara Municipal ou tentasse interceder, por outros meios, para que fosse realizada a coleta.

A Senhora Presidente iniciou a sua intervenção abordando a questão dos sacos de entulho, mencionando que a freguesia estaria a enfrentar um problema recorrente com a presença de grandes sacos de entulho não recolhidos. Explicou que, quando os residentes realizam obras, devem requisitar sacos apropriados no Balcão do Munícipe e combinar uma data para a coleta, após pagar uma taxa. No entanto, muitos optariam por adquirir os sacos em

lojas de construção e abandoná-los em locais inadequados, o que seria considerado um crime. Confirma que a Câmara Municipal, geralmente, não faria a recolha desses sacos privados, mas que a Junta de Freguesia comunicará a necessidade de recolha dos sacos de entulho no local descrito, com a esperança de resolver a situação. Relativamente às questões apresentadas por Nuno Cavaco, incluindo o pedido de uma rampa para o Senhor Luís Fernando e a falta de iluminação na Rua do Ginásio, prometeu verificar as comunicações com a Câmara Municipal e tratar dos assuntos pendentes. Afirma que o pedido de desbaratização e desinfestação de formigas, na Rua Engenheiro Júlio Martins, também será reforçado. Sobre as Festas do Vale da Amoreira, esclareceu que o Executivo planeia realizar um inquérito para entender melhor as preferências da população em relação à organização das festas. Garante que a Junta de Freguesia estaria envolvida na logística do evento e que continuaria a trabalhar para melhorar a situação. Em relação às questões sobre habitação e fundos comunitários, explicou que a Junta de Freguesia não se poderia candidatar diretamente a esses fundos, mas que colabora com a Câmara Municipal e tenta acompanhar os programas relevantes. Afirma que a Junta de Freguesia tentaria maximizar o uso de fundos comunitários disponíveis, como os destinados ao Centro Comunitário e à mobilidade reduzida e que continua a procurar soluções junto dos parceiros e empresas especializadas. Concluiu a sua intervenção confirmando que irá tratar das questões apresentadas e reafirmando a preocupação da Junta com as necessidades da comunidade.

O Presidente da Mesa expressou a sua preocupação em relação à situação da habitação, destacando que ocupar a 38.<sup>a</sup> posição entre 308 concelhos nesse contexto não é motivo de orgulho. Ressaltou que, como mencionado pela Senhora Presidente, o Executivo irá levar essa questão em consideração. Também enfatizou que o assunto será debatido na Assembleia Municipal e que seria importante que todos os residentes do concelho recebessem uma explicação adequada sobre o tema.

## Encerramento

Nada mais havendo a tratar nesta reunião, sendo 22 horas e 30 minutos, o Presidente da Mesa deu por encerrada a mesma, tendo a primeira secretária lavrado a Ata em minuta, que foi lida e aprovada com unanimidade.

E eu, Mariana Sofia Marques Pinote, 1.<sup>a</sup> Secretária da Mesa, a redigi e vou assinar, conjuntamente com o Presidente, Doutor Paulo Alfama.

Presidente:

*Doutor Paulo Alfama*

---

1.<sup>a</sup> Secretária:

*Mariana Sofia Marques Pinote*

---